1 **Ata da Sessão do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal do**
2 **Paraná realizada em 29 de maio de 2009.**

3 Aos vinte e nove dias do mês de maio do ano dois mil e nove, às nove horas, na Sala do
4 Conselho Universitário, reuniu-se o Plenário do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da
5 Universidade Federal do Paraná, sob a presidência do Vice-Reitor, Professor Doutor Rogério
6 Andrade Mulinari. Presentes os Conselheiros Titulares Ana Lúcia Tararthuch, Ana Maria
7 Muratori, João Vitor Pilon Peixoto, Daniel Ikenaga, Emerson Rolkouski, Eneida Desiree
8 Salgado, João Carlos dos Santos Filho, Lígia Negri, Luiz Carlos Baeta Vieira, Madlaine Célia de
9 Lima, Verônica Branco, Milton Carlos Mariotti, Nelson Luís da Costa Dias, Lúcia Helena
10 Alencastro e Luiz Antonio Passos Cardoso. Presentes também os Conselheiros Suplentes
11 Vanessa Kava-Cordeiro, Heraldo Maciel França Madeira, Simone Cristine Cavallari, Jayme
12 Bordini Júnior. Presentes ainda a Pró-Reitora de Assuntos Estudantis, Professora Rita de Cássia
13 Lopes, a Pró-Reitora de Gestão de Pessoas, Senhora Laryssa Martins Born e representando a
14 Pró-Reitoria de Graduação, o Professor Roberto Tadeu Bolzon. Justificaram suas ausências os
15 Conselheiros André Luiz Battaiola, Dimas Agostinho da Silva, Graciela Inês Bolzon de Muñiz,
16 Janeslei Aparecida Albuquerque e Sônia Maria Breda. Havendo quórum, o Presidente declarou
17 aberta a sessão colocando em análise e votação a ata da reunião realizada no dia 24 de abril do
18 corrente, a qual foi aprovada por unanimidade. Na parte reservada aos informes, o Presidente
19 registrou que o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, a Coordenação
20 Geral de Avaliação dos Cursos de Graduação e de Instituições de Ensino Superior da
21 DAES/INEP estariam realizando visita técnica à UFPR no início do mês de junho, visando o
22 credenciamento da Instituição junto ao MEC. Destacando a importância do fato, o Presidente
23 registrou que a agenda de trabalho da comissão de avaliadores incluiria, dentre outras atividades,
24 visitas às instalações físicas, reuniões com grupos de dirigentes, pesquisadores, docentes,
25 discentes, servidores técnico-administrativos e com a Comissão Própria de Avaliação da
26 Universidade Federal do Paraná – CPA. Concluindo, o Presidente informou que durante a sessão
27 estaria repassando, para o conhecimento dos conselheiros, documento contendo dados da
28 Instituição, os quais seriam repassados para análise dos avaliadores técnicos do INEP. Sobre o
29 tema o Conselheiro Daniel Ikenaga lembrou que este informe foi também apresentado na sessão
30 do Conselho Universitário de ontem, tendo o Conselheiro aproveitado para reforçar a
31 importância da verificação da base de onde os referidos dados foram extraídos. Encerrados os
32 informes, deu-se início à Ordem do Dia: **01) Processo nº 019678/2008-63 – Proposta da Escola**
33 **Técnica de Criação do Curso Superior em Comunicação Institucional (REUNI).** A relatora,
34 Conselheira Lígia Negri exarou parecer nos seguintes termos: “*Considerando-se que as lacunas*
35 *apontadas foram sanadas e os ajustes, feitos; considerando-se que a análise técnica das*
36 *instâncias pertinentes da PROGRAD, Unidade de Cursos e Currículos e Coordenação de*
37 *Políticas de Ensino de Graduação, entende que o processo está devidamente instruído, sou de*
38 *parecer favorável à sua aprovação*”. Em discussão, a relatora registrou a importância da
39 observação de que não haja criação de cursos sobrepostos na UFPR, solicitando atenção desta
40 organicidade, por parte de futuros proponentes. A discussão foi sobrestada com o pedido de vista
41 dos autos formulado pelo Conselheiro Heraldo Maciel França Madeira. **02) Processo nº**
42 **064360/2009-16 – Proposta de Criação do Departamento de Terapia Ocupacional.** O relator,
43 Conselheiro Emerson Rolkouski, leu o seu parecer lavrado nos seguintes termos: “*Conforme*
44 *manifestação em reunião setorial, desde sua criação, no ano de 2000, do curso de Terapia*
45 *Ocupacional da UFPR tem tido uma história de sucesso, tendo formado 4 turmas e sendo*
46 *reconhecido pela Comissão de Especialistas do MEC/INEP, obtendo nota máxima por duas*

47 vezes na avaliação do SINAES. Em decorrência do seu crescimento, hoje a TO possui vinte
48 docentes contratados, sendo portanto que do ponto de vista legal, a criação de tal departamento
49 não encontra óbice, fato este já comprovado pela Procuradoria Federal da UFPR e aprovado
50 por todas as instâncias pelas quais tramitou. Do ponto de vista do mérito, a criação de tal
51 departamento só virá a trazer benefícios à comunidade interna e externa, possibilitando uma
52 expansão, sempre desejável, da Universidade como um todo, com qualidade e responsabilidade.
53 Dessa maneira meu parecer e voto é pela APROVAÇÃO da criação do Departamento de
54 Terapia Ocupacional. Questões relativas à criação de cargos de chefia e solicitação de
55 instalações não são de competência deste Conselho, cabendo sua decisão às instâncias
56 competentes”. Em discussão e votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. **03) Processo nº**
57 **060780/2009-15 – Proposta da PROGRAD de alteração da Res. 73/08-CEPE – Registro**
58 **Acadêmico Simultâneo (homologação).** Processo homologado por unanimidade de votos, nos
59 termos do parecer exarado pelo Conselheiro Nelson Luís da Costa Dias: “*Parecer: A motivação*
60 *da solicitação da PROGRAD é clara, e o parecer da Procuradoria Federal a corrobora. Sendo*
61 *assim, sou favorável à homologação da alteração de datas*”. Em discussão, o Presidente
62 apresentou detalhes sobre as circunstâncias que motivaram a sua aprovação “ad referendum” do
63 CEPE, transferindo os efeitos da Resolução em tela para o ano de 2010. Dentre os motivos
64 apresentados destacou o período do recesso do CEPE, o prazo de inscrição dos candidatos
65 aprovados no Concurso Vestibular e as garantias por eles adquiridas através do edital do referido
66 concurso, em relação às modificações aprovadas através da Resolução acima epigrafada. Face ao
67 exposto, “ad cautelam”, os efeitos da referida decisão foram prorrogados para 2010, reforçando,
68 contudo, a importância de que este assunto fosse rediscutido pelo CEPE. Ainda em debate, a
69 Conselheira Eneida Desiree Salgado registrou que, embora concordasse com o ato prudente do
70 Magnífico Reitor, entendia que o parecer em tela não significava a homologação da legalidade
71 da Resolução. Face ao exposto, recomendou ao relator adendo em seu parecer registrando
72 textualmente esta compreensão. O relator acatou a sugestão acrescentando a observação no
73 terceiro parágrafo do histórico do seu parecer, ficando o mesmo assim redigido: “*Em*
74 *20/01/2009, a Procuradora Federal pronuncia-se favoravelmente à solicitação da PROGRAD.*
75 *Ela também recomenda que seja apurada a legalidade da aplicação da resolução 73/08. Esta*
76 *última questão não é objeto deste parecer, devendo ser discutida tendo em vista o vestibular*
77 *2010*”. Em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade com o referido adendo. **04)**
78 **Processo nº 058449/2008-54 – Relatório PET e Monitoria da PROGRAD.** Relatório
79 aprovado por unanimidade de votos, de acordo com o parecer do Conselheiro Emerson
80 Rolkouski. Aproveitando a presença do representante da PROGRAD, Professor Robson Tadeu
81 Bolzon, o Presidente solicitou que aquela Pró-Reitoria providenciasse uma apresentação ao
82 CEPE sobre o Programa PET e Programa Monitoria, tendo em vista a relevância de ambos
83 dentro da política de ensino da UFPR. **05) Processo nº 054428/2008-60 (regime de urgência).**
84 **Proposta da PROGRAD de Resolução do Programa de Educação Tutorial – PET na**
85 **UFPR.** Relator de vista Conselheiro Emerson Rolkouski; Relatora de vista Conselheira Vera
86 Karam de Chueiri; e relatora original Conselheira Simone Cristine Cavallari. O relator de vista,
87 Conselheiro Emerson Rolkouski, leu seu parecer emitido nos seguintes termos: “*Antes de*
88 *apresentar a proposta, gostaria de salientar que a mesma foi fruto de três reuniões com grande*
89 *parte dos tutores dos grupos PET’s/UFPR e representantes discentes de vários destes, além de*
90 *representantes da PROGRAD. Levando-se em consideração as sugestões dos tutores (anexo)*
91 *meu parecer e voto é pela aprovação da proposta*”. Apresentado o parecer de vista, o Conselho
92 passou a análise da proposta de Resolução na forma apresentada pelo Conselheiro Emerson

93 Rolkouski, discutindo-se artigo por artigo. Assim definido passou-se a análise do art. 1º: o
94 Conselho, após discussão, acatou a proposta de redação deste artigo na forma apresentada pelo
95 tutores: “Art. 1º O Programa de Educação Tutorial (PET) será desenvolvido na Universidade
96 Federal do Paraná (UFPR) em grupos organizados a partir de cursos de graduação, com a
97 finalidade de desenvolver atividades formativas orientadas pelo princípio da indissociabilidade
98 entre ensino, pesquisa e extensão e pela natureza coletiva e interdisciplinar”. Art. 2º – A
99 proposta original do caput do art. 2º foi aprovada com modificações, ficando a mesma assim
100 redigida: “Art. 2º A gestão administrativa do PET na UFPR é de responsabilidade da Pró-
101 Reitoria de Graduação (PROGRAD)”. O Conselho também aprovou a transformação do art. 3º
102 da proposta original em parágrafo único do art. 2º, ficando o mesmo assim redigido: “Parágrafo
103 único. São atribuições da PROGRAD, respeitando-se as demandas dos tutores e alunos: I- designar
104 um interlocutor do PET para apoiar administrativamente os grupos e representá-los
105 institucionalmente junto à SESu; II- manter atualizados dados cadastrais de bolsistas e tutores do
106 programa, bem como os Termos de Compromissos devidamente preenchidos e assinados; III-
107 manter sob sua guarda todos os documentos referentes ao programa, em especial os relatórios e
108 planejamentos anuais dos grupos PET; IV- designar os representantes do CLA, de acordo com o
109 art. 7º da Portaria 3.385/05-MEC; V- representar a UFPR junto aos gestores do programa nas
110 instâncias superiores da administração pública; VI- supervisionar o processo de substituição de
111 tutores do programa; VII- publicar anualmente o total de vagas para bolsistas e tutores; VIII-
112 coordenar o processo de criação e implantação de novos grupos na UFPR; e IX- apoiar as
113 atividades coletivas dos grupos e auxiliar na obtenção de recursos indispensáveis à sua
114 realização”. Art. 3º – Aprovada a redação de acordo com a sugestão apresentada pelos
115 tutores, nos seguintes termos: “Art. 3º A gestão pedagógica do PET na UFPR é de
116 responsabilidade do Comitê Local de Acompanhamento (CLA), com o acompanhamento dos
117 grupos PET e das coordenações dos cursos de graduação aos quais os grupos estejam
118 vinculados”. Art. 4º – Aprovada a redação original, conforme segue: “Art. 4º São atribuições das
119 coordenações de curso: I. participar do planejamento de atividades do grupo; II. estimular a
120 interação do grupo com o projeto pedagógico do curso; III. acompanhar a avaliação do grupo,
121 enriquecendo-a com a visão dessa instância acadêmico-administrativa; IV. apoiar as atividades
122 do grupo provendo, quando necessário, a infra-estrutura e os recursos humanos indispensáveis
123 ao seu bom funcionamento; V. acompanhar as atividades do grupo e informar à PROGRAD e ao
124 CLA eventuais irregularidades e dificuldades que impeçam o pleno desenvolvimento do
125 programa; VI. responder oficialmente pelo grupo na ausência do tutor; e VII. informar aos
126 estudantes e professores das atividades do grupo PET naquele curso das condições e
127 oportunidades para ingressarem no grupo”. Art. 5º – Aprovada a seguinte redação da proposta
128 original: “Art. 5º A estrutura administrativa do PET é constituída pelo CLA e pelos grupos de
129 bolsistas e tutores”. Art. 6º – Acatada com modificações a proposta de redação apresentada pelo
130 tutores, ficando a mesma assim redigida: “Art. 6º O CLA será constituído por nove membros
131 titulares, sendo três representantes indicados pela PROGRAD, quatro representantes dos
132 tutores e dois representantes dos bolsistas, indicados pelos pares. § 1º Para cada um dos
133 membros do CLA será também escolhido e nomeado um suplente, segundo os mesmos critérios
134 dos membros titulares. § 2º A presidência do CLA será eleita entre seus membros, constituídos
135 por um período de um ano, sendo permitida recondução. § 3º Os membros do comitê serão
136 nomeados por intermédio de portaria do Pró-Reitor de Graduação para mandatos de dois anos,
137 para os representantes indicados pela PROGRAD e os representantes dos tutores, e um ano,
138 para representantes dos estudantes, permitida recondução”. Art. 7º – Aprovada a redação

139 original com modificações: “Art. 7º Cada grupo deverá reunir-se periodicamente para
140 realização de estudos, seminários de pesquisa e deliberações administrativas, assegurando-se
141 aos demais estudantes do curso a participação nas reuniões destinadas a atividades formativas e
142 acadêmicas”. Art. 8º – Aprovada com alterações a proposta de redação sugerida pelos tutores,
143 ficando assim a sua redação final: “Art. 8º Os grupos serão convocados para reuniões
144 periódicas, com a finalidade de deliberarem sobre aspectos organizacionais e funcionais do
145 programa”. Art. 9º – Aprovada a proposta de redação apresentada pelos tutores, na seguinte
146 forma: “Art. 9º Os grupos deverão manter divulgação pública em endereço eletrônico da UFPR,
147 as seguintes informações: I. os nomes dos seus membros (estudantes e tutor), data de ingresso
148 no programa; II. relatório de atividades do ano anterior e plano de trabalho para o ano em
149 curso; III. relatório da aplicação dos recursos financeiros recebidos pelo grupo para o custeio
150 de suas atividades”. Neste ponto a discussão foi sobrestada ficando a mesma para ser retomada
151 na próxima sessão a partir do art. 10 da proposta de Resolução. Antes do próximo ponto da
152 pauta, a Conselheira Lígia Negri solicitou que as três propostas de resolução relativas à matéria
153 fossem encaminhadas por e-mail aos conselheiros para análise e eventuais destaques. Dando
154 seqüência a pauta, passou-se a análise do item **06) Processo nº 037880/2008-67 – Proposta da
155 Escola Técnica de resolução para progressão dos docentes de Ensino Básico, Técnico e
156 Tecnológico**. Relatora de vista Conselheira Vanessa Gonçalves Curty e relatora original
157 Conselheira Ana Lúcia Tararthusch. O Conselheiro Luiz Antonio Passos Cardoso, na condição de
158 suplente da Conselheira Vanessa Gonçalves Curty, informou que a relatoria de vista havia sido
159 transferida a ele, onde estaria apresentando um novo substitutivo. Após breve debate, o Conselho
160 entendeu por bem retirar o processo de pauta para que todas as minutas de resolução sobre o
161 tema fossem antecipadamente encaminhadas para conhecimento dos conselheiros. **07) Processo
162 nº 009869/2007-26 – Solicitação de Emanuel Ted Lêm de revisão da decisão do CEPE de
163 prorrogação de prazo para conclusão de curso**. Relator de vista Conselheiro Daniel Ikenaga e
164 relatora original Conselheira Eneida Desiree Salgado. O relator de vista, Conselheiro Daniel
165 Ikenaga, solicitou prorrogação do prazo para apresentação de seu parecer de vista. Em discussão,
166 foi citado o § 5º do art. 14 do Regimento Interno do CEPE, que prevê: “Qualquer conselheiro
167 poderá requerer o adiamento da discussão pedindo vista do processo, ficando obrigado a
168 apresentar seu voto na próxima sessão após o pedido, salvo prorrogação concedida pela
169 maioria dos membros presentes”. Após breve debate, o pedido de prorrogação foi acatado por
170 maioria de votos (11x01), dando a possibilidade de que o parecer de vista fosse apresentado na
171 próxima sessão. **08) Processo nº 021640/2008-41 – Recurso de Maria Lidia Magalhães
172 contra decisão de jubramento**. Relator de vista Conselheiro João Vitor Pilon Peixoto e
173 Relatora original Conselheira Vanessa Kava-Cordeiro. O relator de vista, Conselheiro João Vitor
174 Pilon Peixoto, solicitou prorrogação do prazo para apresentação do seu parecer de vista. Em
175 votação, a prorrogação solicitada foi concedida por dez votos contra dois, ficando assim, para a
176 próxima sessão, a apresentação de seu parecer de vista. **09) Processo nº 074793/2009-71 –
177 Solicitação da Coordenação de Medicina de alteração da Resolução nº 59/08-CEPE –
178 Calendário do Curso de Medicina**. Processo relatado pela Conselheira Sônia Maria Breda, que
179 exarou parecer nos seguintes termos: “Fixar anualmente o calendário escolar constitui
180 atribuição regimental do CEPE, nos termos do Capítulo II, Art. 4º, inciso IX, da Res. 90/06 –
181 CEPE. Considerando que a alteração solicitada afeta unicamente o Curso requerente, com
182 calendário escolar específico, e entendendo que essa correção de datas não acena prejuízos
183 para os discentes, este parecer é favorável à alteração na Res. 59/08 – CEPE pleiteada pela
184 Coordenação do Curso de Medicina”. Em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. **10)**

185 **Processo nº 077157/2009-00 – Solicitação do Departamento de Geografia de alteração do**
186 **calendário escolar para inclusão da Semana Acadêmica de Geografia.** O relator, Conselheiro
187 André Luiz Battaiola exarou o seguinte parecer: *“Esta análise foi elaborada com base em*
188 *parecer emitido por conselheiro do CEPE quando da análise de problema similar.*
189 *Considerações: todas as Coordenações de Cursos receberam Circular do NAA, emitida em 05*
190 *de maio do corrente, em tempo hábil portanto para o envio de sugestões e possíveis inclusões no*
191 *Calendário Acadêmico; o Calendário Acadêmico para o ano de 2009 foi aprovado em reunião*
192 *plenária do CEPE em 31 de outubro do 2008 e há, no pleno do CEPE, representante de todos os*
193 *Setores desta Universidade e em nenhum desses momentos houve qualquer manifestação*
194 *solicitando tal inclusão; a Semana Acadêmica de Geografia coincide, no Calendário Acadêmico*
195 *aprovado, com o período previsto para a realização de atividades dessa natureza. Assim, estas*
196 *consideração apontam para o indeferimento do pedido. PARECER: INDEFERIMENTO do*
197 *pedido da requerente”*. Em discussão e votação, o parecer do relator foi aprovado por maioria de
198 votos (10x2). Encerrada a pauta e nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença
199 de todos e declarou encerrada a sessão, da qual eu, Dionei José da Silva, Secretário, lavrei a
200 presente ata.